

Bucha: a sociedade secreta do Brasil

Bucha: a sociedade secreta do Brasil



"Os que estiverem na Academia continuarão a obra de assistência; os que terminarem o curso terão nela uma sociedade de ex-alunos, tão útil, e se auxiliarão mutuamente através do tempo. E, ainda mais tarde, se quiser, poderá governar o país..." Júlio Frank

A antiga sociedade secreta do Direito, conforme relatos esparsos da História, foi fundada provavelmente em 1831, pelo professor alemão de História Natural do Curso Anexo da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, Júlio Frank.

A origem do nome é Burschenschaft - do alemão bursch, que significa camarada, e schaft, confraria. Estas associações já existiam na Alemanha e foram trazidas pelo Professor Júlio a São Paulo. O mesmo pertencia a uma sociedade na Universidade de Gotha, na sua terra natal.

Estas confrarias sofriam influência direta da Ordem dos Iluminados de Weishaupt. Como se sabe, quando se trata de sociedades secretas, é extremamente difícil separar a lenda da verdade ou verificar quanto da verdade há na lenda, principalmente porque esta se presta a reforçar ainda mais o mistério que as envolve, isto é, sua própria motivação.

É interessante a menção, acolhida por outros, entre os quais Almansur Haddad, de sociedade secreta de igual natureza na Faculdade de Direito de Olinda/Recife, a Tugendund. Da mesma forma, noticiam a existência de outras, a Landsmannschaft nas Escolas Politécnica de São Paulo e do Rio de Janeiro, a Jugendschaft na Escola Paulista de Medicina. A da Politécnica de São Paulo foi presidida por Francisco de Paula Sousa, depois por Ramos de Azevedo e por Rodolfo Santiago. A da Medicina, por Arnaldo Vieira de Carvalho.

A Bucha nasceu com a finalidade primordial de proteção aos estudantes de famílias pobres, oferecendo-lhes condições para concluírem seus estudos, bem como o auxílio às suas famílias, caso fosse necessário. Todos os atos da sociedade deveriam ocorrer no mais absoluto sigilo. No entanto a sociedade com o tempo foi tendo outros desdobramentos em suas atividades, de forma

a se tornar uma instituição completamente protecionista com seus membros.

Sua estrutura era baseada da seguinte forma: A Bucha era formada por alunos escolhidos entre os que mais se distinguiam por seus méritos morais e intelectuais, não se apresentando eles à sociedade secreta, mas sendo por ela selecionados. Somavam, talvez, dez por cento do corpo discente e eram chefiados por um "Chaveiro". Um "Conselho de Apóstolos" orientava a Bucha dentro da Faculdade, enquanto o "Conselho de Invisíveis", composto de ex-alunos, numa espécie de prolongamento da vida acadêmica, a aconselhava e protegia fora das Arcadas.

Com o tempo a sociedade ia se tomando cada vez mais forte, ao ver seus membros pertencendo aos mais altos cargos do Império e da vida pública brasileira. Pertenceram à "Bucha" os nomes mais importantes do Império e da República, além, obviamente, dos mais representativos professores da Faculdade de Direito de São Paulo: Paulino José Soares de Souza (visconde do Uruguai), Pimenta Bueno, Manuel Alves Alvim, Joaquim José Pacheco, Ildefonso Xavier Ferreira, Vicente Pires da Motta, Antonio Augusto de Queiroga, Antonio Joaquim Ribas, Mariano Rodrigues da Silva e Melo, Alexandrino dos Passos Ourique (entre os fundadores e primeiros membros da Associação); depois, não por ordem cronológica: Rui Barbosa, Barão do Rio Branco, Afonso Pena, Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves, Wenceslau Brás, Visconde de Ouro Preto, Visconde do Rio Branco, Pinheiro Machado, Assis Brasil, Francisco Otaviano, João Pinheiro, Afrânio de Melo Franco, Pedro Lessa, Bernardino de Campos, Américo Brasiliense, David Campista, Washington Luiz, Altino Arantes, Frederico Vergueiro Steidel, Júlio Mesquita Filho, Cândido Mota, Bias Fortes, Paulo Nogueira Filho, José Carlos de Macedo Soares, César Vergueiro, Henrique Bayma, Spencer Vampré, Sebastião Soares de Faria, Antonio Carlos de Abreu Sodré, Francisco Morato, Waldemar Ferreira, Alcides Vidigal, Rafael Sampaio de Rezende, Arthur Bernardes, Abelardo Vergueiro César, Álvares de Azevedo, Castro Alves, Fagundes Varela, José Tomás Pinto de Cerqueira, dentre outros

Dos presidentes civis da República Velha, apenas Epiácio Pessoa, como afirma Carlos Lacerda, não foi da "Bucha". E acrescenta: "Todos os demais passaram pela Burschenschaft. E o fenômeno não tem nada demais, é o mesmo fenômeno da maçonaria: uma sociedade secreta em que os sujeitos confiavam nos companheiros, digamos "da mesma origem", que passam pelas faculdades, futuras elites dirigentes. Um dia, um sobe e chama o outro para ser governador, para ser secretário, para ser ministro e assim por diante." (Carlos Lacerda, Depoimento, Jornal da Tarde, 28/5/77)

A relação com a maçonaria era também muito forte, conforme afirma os historiadores Bandecchi, Gustavo Barroso, Jamil Almansur Haddad, entre outros, onde apontam as ligações da Burschenschaft com a Maçonaria, chegando Bandecchi a relacionar nomes comuns às duas. Dentre eles, menciona: Clemente Falcão de Souza Filho (Falcão Filho), Frederico Abranches, Martim Francisco Ribeiro de Andrada III, Clementino de Souza e Castro, Prudente de Moraes, Américo Brasiliense, Joaquim Almeida Leite de Moraes, José Eduardo Macedo Soares, Bernardino de Campos, Campos Sales, Ubaldino do Amaral, Rangel Pestana, Carlos Reis, Américo de Campos, Quirino dos Santos, Antonio Bento, Almeida Nogueira, Francisco Glicério, Pedro de Toledo, Carlos de Campos, Fausto Ferraz, Armando Prado, Marrey Júnior, Mario Tavares, Fontes Júnior, Júlio Prestes, Ataliba Leonel, Gabriel Rocha e J.A Gomide.

A proteção entre os bucheiros invadia até a própria sala de aula, como afirma Francisco Pati quando junto a Francisco Martins de Andrade, Francisco do Nascimento e Francisco Ribeiro da Silva que, iam prestar um exame de Direito Civil com o prof. Pacheco Chaves, porém, estavam totalmente despreparados, mas que foram "tranquilizados" por Gontijo. No dia do exame, este foi assistir à prova dos colegas:

"Antônio Gontijo de Carvalho entrou e sentou-se na primeira fila, rente à banca examinadora. Viu-o Pacheco Prates. Viu-o e sorriu-lhe, cumprimentando-o com estas palavras:

-Veio assistir ao exame dos seus protegidos, hein?

O resultado do julgamento fôra, como se vê, antecipado. Querendo fazer pilhéria com Antônio

Gontijo de Carvalho, o saudoso mestre desmascarou-se. Obtivemos notas consagradoras."

E Pati antes dissera que estavam totalmente despreparados.

Fora da Academia, prolongando as relações, alguns fatos também poderiam exemplificar a ação da "Bucha". Afonso Arinos, após transcrever carta de Afonso Pena a Pedro Lessa, professor da Academia, em que se refere explicitamente à Burchschaft, datada de 1906, lembra que foi Afonso Pena "quem chamou Pedro Lessa de sua banca de advogado e da cátedra de professor em São Paulo para o Supremo Tribunal. Lessa resistiu ao convite, mas o presidente demoveu-o com esta declaração: "Eu cumprirei meu dever de nomeá-lo, o senhor saberá como cumprir o seu."

Durante a República Velha a Bucha se mostrou uma das sociedades com maior influência dentro do contexto nacional, de tal forma que Getúlio Vargas uma vez confessou para Ademar de Barros, " Não se pode governar o Brasil sem esta gente".

A decadência da Bucha acompanhou passo a passo a perda de substância da República Velha. A fundação da Liga Nacionalista e, subseqüentemente, do Partido Democrático, por dissidentes da Bucha, veio acelerar o seu processo de deterioração.

A Revolução de 1930, que mereceu o apoio desses dissidentes, hostilizou ferozmente a Bucha, com os mais exaltados tentando até mesmo profanar o túmulo de Júlio Frank, como se o jovem professor alemão fosse responsável pelo desvio de propósitos que sua Ordem sofrera com os anos.

A Bucha, depois de todos esses percalços, acabou por refluir ao seu leito original, perdendo o condão de dirigir o pensamento político da nação. Se ela ainda existe? Isto também queremos saber!

A "Bucha": Capítulo da Ordem dos Illuminati no Brasil?



Fachada da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

A Ordo Illuminatorum (Ordem dos Illuminati), fundada por Adam Weishaupt, chegou ao Brasil?

Segundo os historiadores maçons A. Tenório D'Albuquerque e Brasil Bandecchi, o revolucionário alemão Júlio Frank, que no século XIX lecionou na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo, foi o responsável por trazer a Burschenschaft ao Brasil, onde é conhecida simplesmente por "Bucha". E para quem não sabe, a Burschenschaft é uma extensão turingiana da Ordo Illuminatorum.

A informação pode ser consultada nos seguintes livros:

BANDECCHI, B. A Bucha, a Maçonaria e o Espírito Liberal. São Paulo: Teixeira. 1978. p. 89.
D'ALBUQUERQUE, A. T. Sociedades Secretas. Rio de Janeiro: Aurora, 1970. p. 500.

Como surgiu a "Bucha"?

A Burschenschaft original surgiu em 1815, na cidade de Jena, no estado da Turíngia, Alemanha. Seus integrantes eram estudantes universitários que estavam diretamente ligados à Ordo Illuminatorum e às lojas maçônicas alemãs.

Como a "Bucha" se estabeleceu no Brasil?

Julio Frank passou no concurso para lecionar no Curso Anexo da Academia de São Paulo em 1834, ou seja, seis anos após sua chegada ao Brasil. Depois que entrou na Faculdade, Frank pôde dedicar boa parte de seu tempo à elaboração do rito da "Bucha" e iniciar o recrutamento de alunos.

Qual é o objetivo da "Bucha"?

O objetivo dos "bucheiros" (iniciados na Burchenschaft) é o mesmo que o dos "bonesmen" (iniciados na Skull & Bones) dos EUA e dos antigos "iluminaten" da Baviera: abrir caminho para o Governo Mundial (Nova Ordem Mundial).

Como a "Bucha" pode ser a ramificação de uma Ordem extinta?

A Ordo Illuminatorum jamais deixou de existir pois, mesmo após o decreto de dissolução promulgado por Karl Theodor em 1785, seus integrantes continuaram atuando clandestinamente, fundando novas sociedades secretas, dentre as quais surgiu a Burschenschaft, e infiltrando-se em diversas ordens maçônicas, sociedades literárias e grupos estudantis.

Adam Weishaup escreveu: "Uma cobertura é sempre necessária, pois na ocultação reside grande parte da nossa força. É por isso que nós - illuminati - devemos sempre nos escondermos sob o nome de outra sociedade." (Die neuesten Arbeiten des Spartacus und Philo in dem Illuminaten-

Qual a influência da "Bucha" no Brasil?

Diversos membros da "Bucha" tiveram enorme influência nos acontecimentos políticos ocorridos a partir do séc. XIX. Entre os 133 participantes da Convenção de Itu, em 1873, que resultou na criação do Partido Republicano Paulista, predominavam bucheiros como Campos Salles, Francisco Glicério, Américo de Campos e Rangel Pestana. Esses últimos foram, ao lado de Júlio de Mesquita, os fundadores do jornal O Estado de S. Paulo, que foi também uma espécie de órgão oficial da "Bucha". Consta que Júlio de Mesquita Filho foi "chaveiro" da "Bucha".

A famosa Comissão dos Cinco, encarregada de elaborar o anteprojeto da Constituição republicana, tinha entre seus membros três "bucheiros", Saldanha Marinho, Américo Brasiliense e Santos Werneck. Essa informação segundo Afonso Arinos de Melo Franco (também bucheiro e filho de bucheiro), na biografia que escreveu sobre o presidente Rodrigues Alves. Os três ministros civis mais proeminentes do governo provisório encabeçado pelo marechal Deodoro da Fonseca eram da "Bucha": Ruy Barbosa (Fazenda), Campos Salles (Justiça) e Quintino Bocaiúva (Negócios Estrangeiros). Além disso, também foram bucheiros na República do café com leite, os presidentes paulistas Prudente de Moraes, Campos Salles, Rodrigues Alves, Washington Luís e Júlio Prestes, eleito em 1930 e que não chegou a assumir, assim como os presidentes mineiros Afonso Pena, Wenceslau Braz e Arthur Bernardes.

A "Bucha" continua em atividade?

Bom, o professor Julio Frank disse: "Os que estiverem na Academia continuarão a obra de assistência; os que terminarem o curso terão nela uma sociedade de ex-alunos, tão útil, e se auxiliarão mutuamente através do tempo. E, ainda mais tarde, se quiser, poderá governar o país."

Leitura recomendada:

CARVALHO, H. A herança liberal de Júlio Frank. Revista Problemas Brasileiros, São Paulo, n. 388, jul/ago 2008. Ano 46.

BARROSO, G. A História Secreta do Brasil. Porto Alegre: Revisão, 1993.

DULLES, J. W. F. A Faculdade de Direito e a Resistência Anti-Vargas: 1938-1945. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

MOTOYAMA, S (org.). USP 70 Anos, São Paulo: EUSP, 2006.

A herança liberal de Júlio Frank

Por Herbert Carvalho

A misteriosa vida do fundador da Bucha, que influenciou a história do país

Júlio Frank: príncipe ou fugitivo?

Burschenschaft. Por incrível que pareça, essa estranha palavra alemã, difícil de escrever e de pronunciar, tem muito a ver com a história do Brasil. Ela surgiu no final do século 18 para

designar a totalidade dos alunos de uma universidade. A partir de 1815 passou a ser empregada de modo mais restrito, para caracterizar as sociedades de estudantes que na época se organizavam com uma tríplice finalidade: política, com o objetivo de promover a unidade da Alemanha, então fracionada em ducados e principados; filantrópica, para ajudar os jovens pobres a custear seus estudos; e duelística, pois seus membros praticavam esgrima e participavam de duelos. Proibidas em 1819, assumiram caráter clandestino e foram perseguidas até 1848. Desde então, abandonaram os duelos e existem legalmente até hoje. Suas bandeiras são visíveis em residências estudantis de cidades como Heidelberg, que abriga a mais antiga universidade alemã.

No Brasil, a Burschenschaft surgiu na década de 1830 entre os alunos da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, fundada por um professor alemão de nome Júlio Frank, nascido em Gotha, capital do ducado de Saxe-Coburgo-Gotha, em 1808, há exatos 200 anos. Frank viveu apenas 32 anos, dez dos quais no país em que morreu e foi enterrado, de maneira insólita: por ser protestante, as autoridades católicas negaram-lhe sepultura no interior das igrejas e nos cemitérios. Por decisão dos alunos e com o apoio dos professores, ele foi então sepultado no pátio da escola, onde ainda pode ser visto seu túmulo imponente (tombado pelo Patrimônio Histórico), com inscrições em latim e símbolos como um obelisco e quatro mochos – o Mocho ou Coruja de Minerva era um distintivo das lojas maçônicas da Ordem dos Iluminados da Baviera, criada por Adam Weishaupt, no sul da atual Alemanha.

Ao contrário da existência curta de seu fundador, Júlio Frank, a Bucha – como passou a ser chamada a Burschenschaft brasileira – teve vida longa e influência duradoura na sociedade: abolicionista e republicana durante o Império, de seus quadros saíram nada menos que todos os presidentes civis da República Velha (1889-1930), à exceção de Epitácio Pessoa. Poetas como Castro Alves, Álvares de Azevedo e Fagundes Varela e personalidades da história do Brasil como Ruy Barbosa e o barão do Rio Branco também pertenceram à Bucha, que diferentemente de suas congêneres alemãs sempre foi uma sociedade absolutamente secreta, submergindo na mais rigorosa clandestinidade após a Revolução de 1930.

Entretanto, quem na verdade foi Júlio Frank, além de portador das idéias liberais de Kant e de Schiller, que impulsionariam a longevidade da Bucha? O mistério é grande e as versões são inúmeras. Seria um príncipe desterrado, como supôs seu compatriota Carl von Koseritz, no livro *Bilder aus Brasilien* (Imagens do Brasil)? Seria um fugitivo com nome falso em busca de refúgio após ter cometido um assassinato com fins políticos, como garantia nos anos 1930 o escritor integralista Gustavo Barroso, ferrenho adversário da Bucha? Ou seria, como sustenta na biografia romanceada *A Sombra de Júlio Frank* o escritor brasileiro de origem alemã Afonso Schmidt, um fugitivo, sim, mas por motivos outros como dívidas e envolvimento em duelos? Esta reportagem, que inclui um depoimento da escritora Lygia Fagundes Telles sobre a Bucha, não tem a pretensão de decifrar o enigma, mas objetiva resgatar um personagem histórico pouco conhecido, que, assim como o italiano Líbero Badaró, contribuiu para fazer da acanhada São Paulo de 10 mil habitantes do início do século 19 o que é hoje em termos econômicos e políticos.

Intelectual rebelde

Os poucos documentos encontrados na Alemanha em uma pesquisa feita na primeira metade do século passado – o registro de seu batismo em Gotha e uma carta para a direção da universidade de Göttingen, onde estudou – apontam a opção de Schmidt como a mais próxima da realidade. Eles desmontam a hipótese, formulada por Barroso em sua *História Secreta do Brasil*, de que Júlio Frank seria apenas o nome fictício de Karl Ludwig Sand, assassino do dramaturgo panfletário August von Kotzebue, tido como agente russo que, a mando do czar, estimulava divisões entre os pequenos Estados alemães de modo a obstruir sua unificação, que só viria a ocorrer na década de 1870. Sand, ligado às Burschenschaft, foi decapitado em 20 de maio de 1820, quando Júlio Frank tinha apenas 12 anos. Não poderiam ser a mesma pessoa, como alegado por Barroso, que explica a execução como uma farsa montada para encobrir a fuga de Sand para o Brasil. Esse e outros exageros do integralista foram criticados até pelo chefe do movimento, Plínio Salgado, que o considerava um radical extremado.

Embora seja certo que Frank não era Sand, é duvidoso que tenha sido filho legítimo de Charlotte

Friederike Herrlau e de Karl Friedrich Frank, conforme consta do registro localizado na igreja Sankt Margarethen, pela razão de que ambos tinham se casado um mês antes de seu nascimento, em uma época e lugar que tornam inimaginável o sexo antes do casamento. Afonso Schmidt suspeita que Frank tivesse origem nobre, fruto do deslize de alguma princesa, hipótese reforçada pela proteção que recebia do próprio Adam Weishaupt, o fundador da Ordem dos Iluminados.

Na escola primária teve desempenho intelectual brilhante, mas comportava-se de maneira rebelde. Após a conclusão do ensino básico em Gotha, foi para Göttingen, onde a situação se repetiu: adquiriu os amplos conhecimentos que exibiria no Brasil – filosofia, história antiga e medieval, matemática, geometria, física e os principais idiomas falados na Europa, além do latim –, mas acabou expulso por dívidas e ferimentos causados a rivais, em duelos.

Nasce a Bucha

É nessas condições, com pouco mais de 20 anos e provavelmente foragido da Justiça, que aporta deste lado do Atlântico, onde seus passos são mais conhecidos, faltando determinar a data exata em que isso ocorreu. Sabe-se com certeza, porque consta do Registro de Estrangeiros catalogado no Arquivo Nacional, que estava no Rio de Janeiro em 1831 e no dia 14 de junho desse ano viajou para São Paulo. Antes, passou uma temporada na Fortaleza de Lage, possivelmente em razão de desavença com o capitão do navio que o trouxe.

O país que recebe Júlio Frank está convulsionado pela abdicação de dom Pedro I e inicia uma década de revoltas armadas – Sabinada, Balaiada e Cabanagem ao norte, além da Revolução Farroupilha, no sul – que quase o desintegram e só terminam com a maioria de dom Pedro II. Vive também a transição de ciclos econômicos que se encerram, como o do açúcar e o do ouro, para o do café, que se inicia.

Após breve passagem por Sorocaba, onde manteve contato com seus compatriotas, que por determinação de dom João VI haviam criado e dirigiam a Fábrica de Ferro São João de Ipanema, chega a São Paulo – já falando o português com perfeição – sob a proteção do brigadeiro e chefe político liberal Rafael Tobias de Aguiar.

A capital paulista ainda exibia as características do arraial de sertanistas que fora nos três séculos precedentes, alteradas apenas em 1828, quando nela o convento dos frades franciscanos foi adaptado para sediar um dos cursos jurídicos criados no ano anterior. Em 1830 sofrera um grande abalo com o assassinato do médico e maçom italiano Giovanni Baptista Badaró, que entraria para a história com o apelido – Líbero ("livre") – que adotou.

Badaró dava aulas de aritmética e geometria no Curso Anexo – que preparava os pretendentes a ingressar na Faculdade de Direito –, o mesmo que teria Júlio Frank como professor de história, a partir de 1834. Ambos deixariam uma marca indelével naqueles estudantes, que, vindos de todo o Brasil, preparavam-se para se tornar a elite dirigente de uma nação recém-independente, que não podia mais formar seus filhos em Coimbra, como antes.

É no convívio com esses jovens, para quem escreveria um livro, dos primeiros impressos em São Paulo – Resumo de História Universal, que inclui um discurso feito por Schiller na abertura do curso de história na Universidade de Iena –, que Júlio Frank tem a idéia de recriar a Burschenschaft nos trópicos. Como muitos vinham de famílias humildes e careciam de recursos para estudar, ele privilegiou o caráter filantrópico da iniciativa, assentando a Bucha Paulistana, como seria conhecida, no seguinte tripé de objetivos: 1. Prestar assistência aos estudantes carentes; 2. Manter a participação daqueles que concluíssem o curso auxiliando-se mutuamente; 3. Os membros que conquistassem posições e cargos públicos cercar-se-iam de seus irmãos bucheiros.

Iniciação

A condição essencial para integrar a Bucha era ser aluno da Faculdade de Direito.

Posteriormente, sob a orientação e supervisão de bucheiros, seriam criadas duas outras sociedades secretas de estudantes: a Landsmannschaft, na Escola Politécnica de São Paulo – que teve como grandes expoentes Francisco de Paula Sousa e Ramos de Azevedo – e a Jugendschaft, na Escola Paulista de Medicina, sob a liderança de Arnaldo Vieira de Carvalho. Uma cópia da ata de fundação da Jugendschaft, em 1915, foi obtida pelo jornalista Luiz Ernesto Kawall, que a partir de uma encomenda de Carlos Lacerda pesquisou o assunto por 30 anos. Lacerda planejava escrever um livro sobre a Bucha quando morreu, em 1977.

Nenhuma de suas congêneres, porém, teve a importância ou a duração da Bucha. Nas Américas, o único paralelo que se pode estabelecer é com a Skull & Bones, a ultra-secreta confraria de estudantes de Yale, uma das mais elitistas universidades dos EUA.

Se os alunos da Faculdade de Direito de São Paulo constituíam, de modo geral, os filhos da classe dirigente brasileira no século 19 – principalmente cafeicultores –, os membros da Bucha, que não ultrapassavam 10% do total, eram sua ponta-de-lança moral e intelectual. No livro *A Bucha, a Maçonaria e o Espírito Liberal*, o historiador Brasil Bandecchi relata que o ingresso na Bucha não dependia da vontade do estudante: "O futuro membro era escolhido entre os que revelassem firmeza de caráter, espírito filantrópico, amor à liberdade e aos estudos".

A partir daí, de acordo com o Pacto Fundamental da Bucha – um documento datilografado, semelhante a um estatuto, a que Problemas Brasileiros teve acesso em uma versão de 1922, guardada pelo filho de um bucheiro, que prefere não ser identificado –, o ritual de admissão do candidato era semelhante ao de um clube fechado, assim como suas obrigações. Tinha de ser proposto por outros membros e se fosse aceito passaria a pagar mensalidades, que variavam de acordo com o nível hierárquico, a saber: catecúmenos, crentes e apóstolos, estes apenas 12, no nível mais elevado. As semelhanças com um clube, porém, terminavam aí. O bucheiro aceito era iniciado numa sessão secreta e tinha de fazer o seguinte juramento: "Juro pela minha honra jamais revelar a quem quer que seja o que me vai ser confiado hoje. Serei o mais infame dos homens se faltar a esse meu juramento".

No poder

Ao longo do século 19, a Bucha acumulou forças para desempenhar, na República, o mesmo papel que fora da maçonaria na Independência: o de provocar a ruptura para depois controlar os acontecimentos por meio de seus membros colocados em posição proeminente na direção do Estado. Entre os 133 participantes da Convenção Republicana de Itu, em 1873, que resultaria na criação do Partido Republicano Paulista, predominavam bucheiros como Campos Salles, Francisco Glicério, Américo de Campos e Rangel Pestana. Estes últimos figurariam, ao lado de Júlio de Mesquita, entre os fundadores, ainda na década de 1870, do jornal "O Estado de S. Paulo", que seria uma espécie de órgão oficial da Bucha: em suas páginas se publicaram, entre os anos de 1916 e 1919, as notícias sobre a Festa da Chave, que reunia no pátio da faculdade, juntamente com os alunos, as principais autoridades do estado. Uma dessas notas informa que no dia 2 de dezembro de 1916 "o bacharelado Júlio de Mesquita Filho entregará a Chave ao quartanista Abelardo Vergueiro César". A Chave representava o poder supremo na Bucha, e o Chaveiro era substituído anualmente, numa festa que no auge do predomínio político da Bucha chegou a ser pública.

Logo depois de 15 de novembro, a Comissão dos Cinco encarregada de elaborar o anteprojeto da Constituição republicana tinha três bucheiros entre seus membros – Saldanha Marinho, Américo Brasiliense e Santos Werneck –, de acordo com Afonso Arinos de Melo Franco (também bucheiro e filho de bucheiro), na biografia que escreveu sobre o presidente Rodrigues Alves. Os três ministros civis mais proeminentes do governo provisório encabeçado pelo marechal Deodoro da Fonseca eram da Bucha: Ruy Barbosa (Fazenda), Campos Salles (Justiça) e Quintino Bocaiúva (Negócios Estrangeiros).

Foram bucheiros os presidentes da República da política do café – os paulistas Prudente de Moraes, Campos Salles, Rodrigues Alves, Washington Luís e Júlio Prestes, eleito em 1930 e que não chegou a assumir – com leite – os mineiros Afonso Pena, Wenceslau Braz e Arthur

Bernardes. Também da Bucha era o senador gaúcho Pinheiro Machado, principal articulador dos bastidores da política nacional até seu assassinato, em 1915.

Símbolo histórico

A decadência da Bucha é simultânea ao declínio da República Velha. O racha no Partido Republicano Paulista, que leva à fundação do Partido Democrático, ocorre antes na Bucha, durante disputa para a presidência do Centro Acadêmico XI de Agosto, entidade fundada em 1903 e desde então comandada por bucheiros.

Em 1930 a Bucha sai da cena política, dando origem, no ano seguinte, à Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (Fadusp), atualmente presidida por José Carlos Madia de Souza, e que, com 13 mil sócios, dedica-se a homenagear professores e ex-alunos proeminentes, buscando transmitir às novas gerações as tradições acadêmicas.

O primeiro presidente da associação, porém, foi ninguém menos que José Carlos de Macedo Soares, o mesmo que presidiu o XI de Agosto em 1905 e que, no ano seguinte, enviou ao então presidente da República, Afonso Pena, uma lista de 30 "invisíveis" (em seu próprio estatuto a Bucha também se classifica como "Comunhão dos Invisíveis"), para que a partir dela fosse feita a escolha dos 12 apóstolos, conforme cita Américo Lacombe no livro Afonso Pena e Sua Época.

As correspondências recebidas por Afonso Pena de bucheiros, inclusive a que tratava da nomeação de um deles, o jurista Pedro Lessa, para o Supremo Tribunal Federal, eram sempre encabeçadas pelas letras F.E.C., que representavam os três pilares fundamentais da Bucha: Fé, Esperança e Caridade. A "Fé" na ciência e na própria sociedade secreta. "Esperança" de manter suas posições de comando na política e "Caridade", significando o auxílio mútuo a ser prestado em qualquer circunstância da vida.

Após a derrota da Revolução Constitucionalista de 1932, deflagrada por bucheiros e que teve como epicentro a própria faculdade, muitos deles seguem para o exílio, enquanto a polícia fecha o cerco contra a Bucha. Ao ser nomeado interventor em 1938, Adhemar de Barros entrega a Vargas uma lista com o nome de bucheiros sob vigilância. Getúlio lê e comenta: "Não se pode governar o Brasil sem essa gente".

Se a Bucha continuou a existir não se sabe, mas o certo é que num dia de 1944 a então estudante de direito Lygia Fagundes (que ainda não era Telles) estava no pátio da escola quando um rapaz lhe colocou algo nas mãos e disse: "Guarda essa chave. Depois eu explico". Em depoimento a Problemas Brasileiros, ela conta que o moço sumiu em seguida. "Guardei a estranha chave na bolsa e a levei para casa. Minha mãe comentou que parecia chave de portão de cemitério, mas meu pai, que estudou na faculdade e provavelmente foi da Bucha, se assustou: 'Essa chave? Quem te deu? Guarda' ".

Lygia guardou, casou-se com Goffredo da Silva Telles Júnior (provável bucheiro de uma família com vários ascendentes comprovadamente membros da Bucha), separou-se, tornou-se escritora, casou-se novamente, ficou viúva e, mais recentemente, foi homenageada numa sessão solene na faculdade pela Associação dos Antigos Alunos, quando aproveitou "para devolver a esta escola algo que a ela pertence": a Chave. Símbolo de uma história que segundo ela foi fruto da semente plantada por Júlio Frank e que continuará a desabrochar enquanto houver fé, esperança e caridade no coração de antigos e atuais alunos da velha academia.

Para registrar os 200 anos de nascimento de Júlio Frank, em 8 de dezembro, os antigos alunos estão preparando uma edição comemorativa, ilustrada e complementada com textos sobre a Bucha, da obra de Afonso Schmidt.